

RECURSO DE OFÍCIO: N.0119/18

AUTO DE INFRAÇÃO: N.20132901300024

SUJEITO PASSIVO RECORRENTE: PRISMA INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP.

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: LEONARDO MARTINS GORAYEB

RELATÓRIO: N.076/22/1ª CÂMARA/TATE

VOTO

I- DOS FATOS

Fora lavrado auto de infração n.20132901300024 fls. 02 contra o contribuinte epigrafado, no dia 26/09/2013, às 17:23 horas, por realizar operação de venda de mercadoria (madeira) sujeita ao pagamento do ICMS antecipado ao início da operação sem efetuar o pagamento. Trata-se das operações acobertadas pelas NFes, 1388, 1389, 1392, 1407, 1405 e 1411. O sujeito passivo informou no corpo da nota fiscal que é optante do simples nacional, porém como extrapolou o sub-limite estadual de R\$ 1.500.000,00 ao mês, no ano de 2013, obrigatoriamente deveria ter pedido a exclusão do simples nacional, conforme resolução CGSN nº 4 e 15 de 2007, portanto, deveria quitar antecipadamente o ICMS.

Os Artigos utilizados como base legal da autuação: Art.53, II, Letra "a" e Art.26 do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 8321/98 c/c Resolução CGSN nº 4 e 15 de 2007 e LC 123 e a multa do Artigo 78 - III da Lei 688/96.

O valor do crédito, segundo o agente autuante, é de R\$47.488,37.

A defesa, ocupante no presente Processo Administrativo Tributário (PAT), suscita as seguintes teses: Preliminarmente, que as notificações restam eivadas de nulidade, pois, e conformidade com o que preconiza. Nosso ordenamento jurídico, o demonstrativo, elaborado pelo Afte. Com todas as notas fiscais discriminadas, uma a uma, sendo tal registro indispensável para configurar a infração cometida. No Mérito, que a empresa vem usufruindo do benefício do Simples Nacional, que sempre cumpriu rigorosamente em dia com os pagamentos tributáveis, que conheça da presente defesa e que seja dada nulidade ao auto de infração.

O fisco, por meio do Afte, apresenta as contrarrazões a impugnação inicial: informa que o sujeito passivo não apresentou nenhum argumento afeto ao assunto objeto da autuação, tentando protelar a situação com argumentos diverso, por fim, requer a manutenção do auto de infração.

A Unidade de Julgamento de 1ª Instância, decide com base nos seguintes fundamentos. Que diferentemente o que o Afte, alega, considerando-se EPP a pessoa jurídica que tenha nos últimos 12 meses o saldo a partir de R\$240.000,00 até R\$2.400.000,00. Logo, podemos constatar que, diferentemente do que alega o autuante, o sujeito passivo não excedeu o limite determinado pela legislação para ser desenquadrado, devendo por esse motivo ser considerada Nula a ação fiscal, Conforme Art. 2º, II da Resolução CGSN nº4 de 2007.

O fisco foi intimado sobre a decisão e não se manifesta.

## II - Do Mérito do Voto

Tem-se que o sujeito passivo, realizou operação de venda de mercadoria (madeira) sujeita ao pagamento do ICMS antecipado ao início da operação sem efetuar o pagamento. Trata-se das operações acobertadas pelas NFes, 1388, 1389, 1392, 1407, 1405 e 1411. O sujeito passivo informou no corpo da nota fiscal que é optante do simples nacional, porém como extrapolou o sub-limite estadual de R\$ 1.500.000,00 ao mês, no ano de 2013, obrigatoriamente deveria ter pedido a exclusão do simples nacional, conforme resolução CGSN nº 4 e 15 de 2007, portanto, deveria quitar antecipadamente o ICMS.

Compulsando os autos, observa-se que o sujeito passivo tem razão quanto das suas alegações, conforme demonstrado o sujeito passivo é uma EPP - Empresa de Pequeno Porte, portanto, não ultrapassando o sublimite anual de R\$2.400.00,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) Conforme Resolução CGSN nr.4 de 2007 e de R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), conforme Lei 123/2006, legislação vigente a época do fato.

## **Resolução CGSN Nº 4 DE 30/05/2007**

**Art. 1º** Esta Resolução regulamenta a opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

**MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
Definição

**Art. 2º** Consideram-se microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:



I - no caso das ME, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II - no caso das EPP, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

§ 1º A ME que no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso I passa, no ano-calendário seguinte, automaticamente, à condição de EPP.

§ 2º A EPP que no ano-calendário, não ultrapassar o limite de receita bruta anual previsto no inciso I passa, no ano-calendário seguinte, automaticamente, à condição de ME

Lei Complementar  
123/2006 (Simples Nacional) .

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: ( Redação dada pela Lei Complementar

nº 139, de 10 de novembro de 2011 )  
(Produção de efeitos - vide art. 7º da Lei  
Complementar nº 139, de 2011 )

II - no caso da empresa de pequeno porte,  
aufera, em cada ano-calendário, receita bruta  
superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e  
sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$  
3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil  
reais). Redação dada pela Lei Complementar  
nº 139, de 10 de novembro de 2011 )  
(Produção de efeitos - vide art. 7º da Lei  
Complementar nº 139, de 2011 )

Portanto, deverá ser mantida o entendimento, mas  
somente alterada a Decisão do Julgador Monocrático,  
reformando a decisão de instância inferior de Nula para  
Improcedência do auto de infração ora analisado.

### III- DO VOTO- CONCLUSÃO

Este Relator, conhece do presente Recurso de Ofício  
para dar-lhe provimento, no sentido que seja reformada a  
decisão de Primeira Instância que decidiu pela Nulidade  
para Improcedência do auto de infração, assim julgo.

Porto Velho-RO, 11 de Maio de 2022.

**LEONARDO MARTINS CORAVER**

CONSELHEIRO DA 1ª CAMARA DE JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

66

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**

**PROCESSO** : Nº 20132901300024  
**RECURSO** : DE OFÍCIO Nº 0119/18  
**RECORRENTE** : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECORRIDA** : PRISMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA-EPP  
**RELATOR** : JULGADOR – LEONARDO MARTINS GORAYEB

**RELATÓRIO** : Nº 076/22/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

**ACÓRDÃO Nº 142/20/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN**

**EMENTA** : ICMS / MULTA – REALIZAR OPERAÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS SUJEITA AO PAGAMENTO ANTECIPADO DO IMPOSTO – EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL - INOCORRÊNCIA – O sujeito passivo, segundo consta dos autos, como optante do Simples Nacional, extrapolou o sublimite estadual, portanto, deveria ser desenquadrado do Simples Nacional. Demonstrado na análise do procedimento fiscal, que o sujeito passivo não extrapolou o sublimite, uma vez que é Empresa de Pequeno Porte, podendo em cada ano, ter a receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), conforme Resolução CGSN nr.04 de 2007. Reforma da decisão monocrática de Nula para Improcedente o auto de infração. Recurso de Ofício Provido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, por decisão unanime em conhecer do Recurso de Ofício interposto para no final dar-lhe provimento reformando a decisão de Primeira Instância que julgou nulo para **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Relator constante dos autos, que faz parte integrante da presente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Dyego Alves de Melo, Leonardo Martins Gorayeb, Reinaldo do Nascimento Silva e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

TATE, Sala de Sessões, 11 de maio de 2022.

~~Anderson Aparecido Arnaut~~  
Presidente

~~Leonardo Martins Gorayeb~~  
Julgador/Relator